



**OUVIDORIA
COMUNITÁRIA**
da População de Rua

Violência policial

Quem somos

Este Boletim foi elaborado pelos estudantes da Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama, matéria de cultura e extensão da Faculdade de Direito da USP.

A Luiz Gama, o Movimento Nacional da População de Rua, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e o Fórum Permanente de Acompanhamento das Políticas Públicas da População em Situação de Rua de São Paulo criaram, em julho de 2010, a Ouvidoria Comunitária da População em Situação de Rua, a fim de colher relatos sobre as violências cotidianas sofridas por essas pessoas. Desde então, a Ouvidoria atende semanalmente às quintas-feiras, entre 14h e 17h, na **Rua Campos Sales, 88**, no bairro do Brás, São Paulo - SP.

Os boletins tomam como base as denúncias feitas no espaço da Ouvidoria, buscando divulgá-las à sociedade.

Redação

Alcyr Barbin Neto
Brenda Rolemberg de Lima
Júlia Cortez da Cunha Cruz
Mariel Safdie
Surrailly Fernandes Youssef

Supervisão

Luísa Luz de Souza
Marcos de Sá Nascimento
Raquel da Cruz Lima

Contato

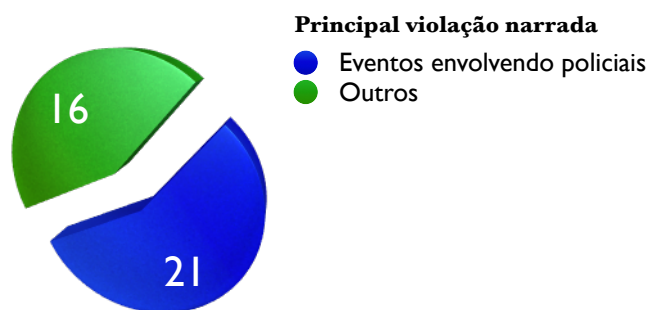
cdh.luiz.gama@gmail.com
<http://luizgama.wordpress.com>

Introdução

Todos de pé e com as mãos na parede. Foi essa a ordem que receberam as pessoas que dormiam em frente à Igreja São Francisco na manhã de sexta-feira (28/05), não obstante tivessem autorização do Frei para tal. A Guarda Civil Metropolitana, responsável pela abordagem e por toda a violência verbal que a acompanhou, manteve todas as pessoas que ali estavam viradas para a parede da Faculdade de Direito enquanto revirava seus pertences. O conteúdo de todas as malas e bolsas foi despejado violentamente na calçada e tratado como lixo. Quando os donos destes objetos esboçaram contrariedade, foram recebidos com socos nas costelas, além de ameaças e xingamentos berrados em seus ouvidos. A violência só foi interrompida pela presença de religiosos e estudantes. É simbólico que uma violação tão evidente de direitos inerentes a qualquer cidadão tenha acontecido (em plena luz do dia) em frente a uma das maiores referências do estudo de direito no Brasil: a Faculdade de Direito do Largo São Francisco. No entanto, embora simbólico, este episódio não é uma situação única. Pelo contrário, é apenas mais um dentre uma série de cotidianas agressões e violações cometidas pela polícia contra a população em situação de rua.

A violência policial contra a população em situação de rua de São Paulo

A violência policial foi, desde os primeiros relatos colhidos pela Ouvidoria Comunitária, uma reclamação recorrente da população em situação de rua.



O aspecto dos conflitos com agentes policiais, sem dúvida, é um dos que mais se liga à questão da urbanização. É necessário atentar para o quadro complexo em que se insere a população em situação de rua de São Paulo, visto que, de um lado, a ocupação não planejada do espaço urbano e a elevação dos preços da moradia conduz uma parcela da população à rua e, de outro lado, há forte respaldo social para que os agentes estatais impeçam que essas pessoas permaneçam nas ruas.

A condição da rua traz para as pessoas que se encontram em tal situação um grau de multiplicação de riscos que poucas outras conjunturas trazem. Em um dos casos atendidos, uma pessoa que dormia

na região da Câmara dos Vereadores revelou ter sido alvo de agressões injustificadas por guardas da GCM pelo simples fato de estar em um espaço público. Também nesse sentido foi recebida uma denúncia indireta, a de um homem que viu um jovem ter apanhado, sem qualquer razão, de guardas metropolitanos. A bebida aparece como um fator agravante do embate policial, o que foi constatado em pelo menos dois casos.

Outra demanda trazida, que reflete bastante o vínculo entre a atuação truculenta dos agentes de polícia e o discurso legalista do espaço público, foi a de J.S., que presenciou diversas vezes a apreensão de mercadorias dos ambulantes e a retirada dos pertences da população em situação de rua.

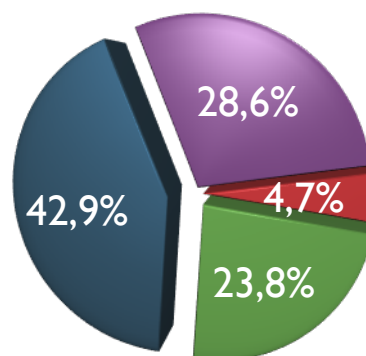
De fato, esta prática é presenciada quase que diariamente pelos estudantes do Largo São Francisco, já que é reiterado o uso de jatos de água para expulsar essas pessoas do espaço em frente à Faculdade. Essa conduta muitas vezes acarreta a perda de documentos e outros objetos pessoais, conduzindo os afetados a uma permanente falta de documentação e ausência de pertences, reforçando um ciclo de negação da sua cidadania. As questões trazidas acima levantam um ponto central de toda a dinâmica que acompanha a população em situação de rua, isto é, a política de higienização que vem sendo empreendida no centro da cidade de São Paulo.

O papel da Guarda Civil Metropolitana

Das vinte e uma violações de Direitos Humanos envolvendo policiais que nos foram relatadas, nove delas foram atribuídas à Guarda Civil Metropolitana (GCM). No papel disciplinador do uso do espaço público, este entendido numa lógica de não permanência, a GCM lida diretamente com as pessoas em situação de rua. Sua atividade de abordagem, apesar de ter como fundamento legal a proteção das pessoas em situação de rua, opera muitas vezes como uma prática de higienismo e remoção. Das nove ocorrências ligadas à GCM, a maior incidência é a violência corporal com armas não letais, totalizando seis eventos. Sempre em abordagens.

Distribuição de eventos por corporação

- GCM
- PM
- Seguranças do Metrô
- Não identificado



Duas outras formas de violência recorrentes são a retirada dos documentos das pessoas em situação de rua e a prática do chamado "giro". Quanto à retirada de documentos, houve casos em que os guardas os rasgaram ou, simplesmente, não os devolveram. Em relação ao "giro", isto é, a prática de transportar a pessoa para longe do local no qual estava sem qualquer outra finalidade que não a de assustá-la e desnorreá-la, recebemos duas denúncias. Este ato é bastante lesivo em função da falta de recursos materiais da população em situação de rua para transpor grandes distâncias na metrópole e também por prejudicar as dinâmicas de sobrevivência estabelecidas nas regiões que estão.



Foto: Alderon Costa/Rede Rua